

guiram conquistar a Capitania para o branco povoador, sem o expor a grandes hostilidades do gentio, colaborando assim para o povoamento da região” (p. 107), visão, sem dúvida, do colonizador. O aldeamento das tribos indígenas iniciou com o primeiro governador da Capitania, D. Marcos de Noronha, em 1749, por ordem do governo da metrópole.

Segue-se um período de construção de grandes aldeamentos reais, que a autora descreve, como o de São Francisco Xavier do Duro ou Formiga orientado pelos jesuítas e que acolheu os Xakriabá e Akroá; São José do Duro para os Akroá, também sob a direção dos jesuítas. Estes índios se revoltam, fogem e a política de aldeamento sofre um abalo, sendo retomada pouco depois. Constroem, então, o aldeamento de São José de Mossâmedes que abrigou Akroá, Xavante, Karajá, Javaé, Karijó e Naudez; Nova Beira, na ilha do Bananal, para os Karajá e Javaé; Maria I, para os Kayapó e Carretão ou Pedro III, para os Xavantes. Com a submissão destes índios encerrou-se em Goiás, no século XVIII, a política de redução das tribos hostis ordenada pela Coroa. Termina o capítulo uma pequena descrição da economia e administração desses aldeamentos.

Capítulo V e último — “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão”. Analisa a administração dos aldeamentos antes e depois da criação do Diretório, ou seja, do Regimento composto por 95 parágrafos idealizado pelo Capitão-General do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Inicialmente foi válido para os aldeamentos do Maranhão e Pará, posteriormente, em 1758, estendido à Capitania de Goiás. Embora fosse restritivo às aspirações do Marquês de Pombal em relação ao problema indígena, este o aprova, substituindo, deste modo, o antigo Regimento das Missões. O novo Regulamento se manterá até 1789 quando foi extinto. A autora faz um balanço crítico da administração dos aldeamentos sob o Diretório. A seguir, conclui sua obra analisando os motivos do insucesso dos aldeamentos que para ela foram: a má administração, maus tratos aos indígenas e falta de clérigos seculares e regulares.

A rica bibliografia consta de documentos, memórias, relatos, periódicos, cartas, mapas e obras especializadas sobre o assunto. Acompanha como anexo, publicação de nove documentos, destacando-se o Anexo VI “Directorio que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto sua Magestade não mandar o contrário”, publicado com todos os seus 95 parágrafos.

Oswaldo Martins Ravagnani

*

SYLVIA CAIUBY NOVAES (org.) *Habitações indígenas*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1983. 196 p.

Mais uma obra da EDUSP em convênio com a Editora Nobel vem enriquecer a Antropologia numa de suas áreas carentes. Como o nome diz “Habitações indí-

genas" é uma coletânea de sete textos sobre arquitetura ameríndia, coordenada pela professora da Universidade de São Paulo, Sylvia Caiuby Novaes, que além da introdução participa com um trabalho sobre a casa bororo. Dos sete autores, seis são antropólogos e um, Cristina Sá, é formada em arquitetura e arqueologia com mestrado em História da Arquitetura.

Essa coletânea se dedica ao estudo da organização social do espaço doméstico em nove sociedades indígenas do Brasil, distribuídas nesta ordem: Timbira (Ran-kokamera, Jê), estudada por Maria Elisa Ladeira no texto: "Uma aldeia Timbira"; Xavante (Jê), estudada por Aracy Lopes da Silva com o texto "Xavante: casa — aldeia — chão — terra — vida"; Bororo, analisada por Sylvia Caiuby Novaes em "As casas na organização social do espaço bororo"; Kayapó — Xikrin (Jê) e Parakanã (Tupi) por Lux Vidal em "O espaço habitado entre os Kayapó — Xikrin (Jê) e os Parakanã (Tupi), do médio Tocantins, Pará"; Yawalapiti (Aruak), Karajá e Xavante em "Observações sobre a habitação em três grupos indígenas brasileiros", de Cristina Sá; Waiãpi (Tupi) em "A casa Waiãpi" de Dominique Gallois e finalmente os Wayana (Karibe) em "Onde os Wayana penduram suas redes?", de Lúcia Hussak van Velthem.

O objetivo principal da obra é fornecer elementos etnográficos sobre a casa indígena. Inclui informações desde sua localização no espaço da aldeia, construção, material empregado, mão-de-obra, etc..., até a ocupação interna do espaço por seus moradores. A descrição e a análise dos tipos de construções conhecidas e utilizadas por uma dada sociedade, como a casa habitação, casa dos homens, casa dos solteiros, casa de objetos sagrados, casas de acampamentos provisórios durante as caçadas, etc., são comparadas com a utilização de outros espaços pelo mesmo grupo.

Cuidadosamente as autoras trataram de sociedades indígenas pertencentes aos mais variados troncos lingüísticos, como Jê, Tupi, Aruak, Karibe, Bororo e Karajá e localizadas em diferentes áreas do Brasil, entre elas as do cerrado, de transição cerrado-floresta e de floresta primária, não se esquecendo de analisar, embora rapidamente, a influência do meio ambiente e a adaptação social a ele. Como diz Sylvia Caiuby Novaes na Introdução — "O importante a notar é que cada sociedade adotou uma solução específica quanto a sua adaptação ao meio ambiente". E embora muitas delas estejam localizadas em regiões próximas umas das outras e às vezes vizinhas "concebem o espaço a ser habitado de forma absolutamente distinta".

Importante ressaltar é que todos os sete textos se originaram de pesquisa de campo empreendida por suas autoras e que são fartamente documentados com fotografias, desenhos, plantas e esquemas, num total de 168 ilustrações. Acompanha cada texto uma referência bibliográfica.

De modo geral os artigos tratam rapidamente da história e localização da tribo estudada, da organização da aldeia, e mais detidamente na casa. As várias

fases de sua construção, a ocupação do espaço interno pelas famílias e a distribuição dos objetos no seu interior. Destaque especial é dado à oposição pátio (central, masculino e de uso social) e periferia (feminino e doméstico) e à organização da família, da descendência e das regras de residência, intimamente relacionadas com a ocupação e uso do espaço. Em alguns artigos são tratadas as casas originais e as alterações sofridas em decorrência do contato com a sociedade nacional. E aqui deparamos com uma observação de Cristina Sá quando nas observações finais afirma: — ... “a organização do espaço se evidencia como muito mais resistente à mudança do que a forma ou a tecnologia construtiva, quer se trate do espaço da unidade de habitação ou do conjunto de habitações, isto é, de casa ou da aldeia”.

Enfim, trata-se de uma obra que traz contribuições a um campo pouco conhecido e explorado pelos antropólogos.

Oswaldo Martins Ravagnani

*

ANTON LUKESCH. *Bearded Indians of the Tropical Forest. The Asurini of the Ipiaçaba. Notes and Observations on the First Contact and Living Together*. Akademische Druck-u. Verlagsanstalt. Graz, Austria, 1976, 143 pp. e 64 figuras.

O presente livro trata dos Asurini do rio Ipiaçaba, grupo de língua Tupi em inícios de aculturação, contactado pacificamente pela primeira vez em 1971 por uma expedição de que participa o autor. A “pacificação” dos Asurini insere-se num período de tentativas de colonização na Amazônia, abertura da Transamazônica e decorrente invasão do território tradicional desta tribo — à margem direita do baixo rio Xingu.

Em estilo monográfico, a obra apresenta primeiramente dados históricos relativos a esta tribo guerreira e suas acirradas lutas contra tribos vizinhas Juruna, Arara, Kayapó (Gorotire e Xikrin) além de seringueiros e “gateiros” da região.

Dado o pouco tempo de permanência entre os Asurini do rio Ipiaçaba, o autor alerta quanto à precariedade do material obtido. O livro limita-se a um esboço inicial da vida, costumes, cultura material e espiritual dos Asurini carecendo, evidentemente, de um aprofundamento mais sistemático de problemas tais como o ciclo de vida, a estrutura social, a mitologia e a religião Asurini.

Durante sua estadia, o autor e sua equipe visitaram uma segunda aldeia Asurini mais numerosa do que a primeira, onde se estabeleceram após os primeiros contactos pacíficos.